



R\$ 133 milhões por presidencialível

TSE define limite para despesas dos candidatos. Corte decide manter o teto destinado às campanhas aplicado em 2022

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu manter o limite de gastos de campanha aplicados no pleito de 2022 para as Eleições Gerais de 2026. A decisão foi tomada por unanimidade pelo plenário da Casa em 1º de julho e publicada ontem no Diário da Justiça Eletrônico (DJE). No caso de candidatos à Presidência da República, o limite é pouco mais de R\$ 133 milhões.

De acordo com o TSE, devido à manutenção do Fundo Especial de Financiamento (FEFC), a necessidade de preservar o equilíbrio financeiro dos partidos e das políticas de inclusão, além da falta de alteração nas legislações, não houve a necessidade de reduzir ou aumentar o limite de gastos.

Para o relator da matéria, o presidente do TSE, Nunes Marques, a manutenção dos valores corresponde à realidade financeira dos partidos, já que o FEFC

permaneceu em R\$ 4,9 bilhões. Ele entendeu que a estabilização do valor ajuda a garantir uma disputa honesta, que não prejudique as candidaturas de políticas afirmativas.

Os candidatos à Presidência terão o direito a mais de R\$ 88,9 milhões no primeiro turno e a R\$ 44,4 milhões no segundo. O valor total, mais de R\$ 133 milhões, corresponde a um aumento de 26% em relação a 2018, quando a quantia era de R\$ 105 milhões.

Já os deputados federais poderão usar um pouco mais de R\$ 3,1 milhões, enquanto os estaduais e os distritais poderão gastar até R\$ 1,2 milhão. Já para os senadores e governadores, os valores são diferentes para cada estado. O número é calculado de acordo com a soma dos eleitores de cada unidade da federação.

Em São Paulo, o maior colégio eleitoral do Brasil, cada candidato ao Senado poderá usar até R\$ 7 milhões, e o teto para os candidatos ao governo do estado será de

R\$ 26,6 milhões no primeiro turno, com o adicional de R\$ 13,3 milhões no segundo turno.

Segundo a Corte, valores relacionados à campanha também fazem parte do limite de gastos. Assim, gastos de campanha contratados pela candidatura, transferências para outros partidos ou candidatos, além de doações recebidas em dinheiros fazem parte desse total de gastos.

O partido ou o candidato estará sujeito a uma multa caso ultrapasse o limite fixado. O valor é equivalente a

100% do valor excedente. O pagamento deve ser feito em até cinco dias úteis após a intimação da decisão judicial.

O primeiro turno das eleições está marcado para 4 de outubro, e o segundo ocorrerá no dia 25. Neste ano, mais de 158 milhões de eleitores vão às urnas para decidir quem serão os próximos governadores, senadores, deputados e presidente e vice-presidente.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Caiado dá estocada em Eduardo, que rebate

» LUÍZA ALTOÉ

O pré-candidato à Presidência da República pelo PSD, Ronaldo Caiado, deu um alfinetada no deputado cassado Eduardo Bolsonaro, que recebeu o green card do governo dos Estados Unidos. Segundo o ex-governador de Goiás, quem precisa de green card é o produtor brasileiro “para entrar no mercado norte-americano sem pagar pedágio”.

Nas redes sociais, Caiado defendeu que o green card é uma forma de fortalecer o agronegócio no Brasil, defender a indústria e proteger os empregos. “Não é turismo, é sobre autoridade moral para governar!”, escreveu.

O green card garante ao cidadão estrangeiro o direito de viver, trabalhar e estudar nos Estados Unidos por tempo indeterminado, sem a necessidade de autorizações adicionais para permanecer no país.

A concessão ocorre em meio à crise entre Brasil e Estados Unidos, uma semana após os norte-americanos anunciarem tarifas adicionais de 25% a produtos brasileiros. Ao justificar a sobretaxa, o

secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “colocou seu próprio ego à frente de fazer um acordo pelo bem-estar do povo brasileiro”.

Eduardo respondeu a Caiado, adversário do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na eleição presidencial. O deputado cassado afirmou que o green card deveria beneficiar os “fazendeiros condenados no golpe da Disney” — expressão usada por bolsonaristas para ironizar a tentativa de golpe. Bolsonaro foi condenado pela trama golpista e está preso em casa.

Segundo Eduardo, Caiado “não fala nada” sobre os condenados pelas investidas golpistas. “É o preço que o senhor paga para participar dos coquetéis do STF e elite de Brasília? Dando cidadania goiana aos perseguidores, o senhor deixa claro a quem atenderia caso chegasse à Presidência. E ainda vem falar de ‘autoridade moral’ para governar o Brasil. Faça-me o favor...”, pos-tou Eduardo nas redes, fazendo referência aos ministros Gilmar

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O pré-candidato Ronaldo Caiado defendeu green card para produtor brasileiro entrar nos Estados Unidos

Mendes e Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Eduardo vive nos EUA desde o início de 2025. Em entrevista à Rede Comunica Brasil, ele afirmou que o processo de obtenção

do green card durou mais de um ano e exigiu a contratação de advogado e a abertura de contas bancárias para comprovar a origem de recursos.

Ele foi condenado pelo Supremo

a quatro anos e dois meses de reclusão por coação, devido à sua atuação nos EUA para tentar intimidar o Judiciário brasileiro durante o julgamento da trama golpista. (Com Agência Estado)

Sem convite para Michelle

Pré-candidato à Presidência da República, Romeu Zema (Novo) disse, ontem, que não houve convite para que a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro ocupasse o papel de vice na sua chapa.

“Eu fui questionado sobre quem seria a vice, o jornalista citou o nome dela, e eu falei que era uma possibilidade. Não houve nenhum convite, em nenhum momento, mas, diante da pergunta (do repórter), eu mencionei que sim”, explicou a jornalista.

O ex-governador de Minas Gerais se refere à declaração dele em São Paulo no último fim de semana. Na ocasião, colocou Michelle como uma opção para vice na sua

chapa. “É uma possibilidade, sim, como outras também são. Nome ficha limpa é sempre um nome muito bom”, frisou, no sábado.

Horas depois, Michelle escreveu, nas redes sociais, que “não há nenhuma possibilidade de isso acontecer”. Além disso, citou que é filiada ao PL e que, portanto, “um mesmo partido não pode ter duas cabeças de chapa concorrendo em coligações distintas para os mesmos cargos majoritários”.

Zema repetiu, ontem, que o vice da sua chapa à Presidência ainda não foi definido. Segundo ele, a indicação de um nome pode acontecer até a data-limite, com prazo final previsto pela Justiça Eleitoral para 5 de agosto.

Na próxima segunda-feira, o partido realiza a convenção nacional em Brasília para oficializar a candidatura do ex-governador de Minas à Presidência.

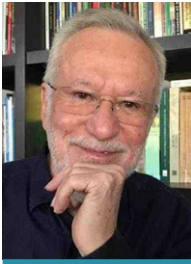
Ele afirmou ser a favor de privatizar “tudo” e disse que não há “vacas sagradas”. Em especial, ao falar do setor energético, defendeu privatização com responsabilidade, “fatian-do a empresa”, para que haja maior concorrência.

Para a Petrobras, em especial, ele apontou que um caminho seria transformar a estatal em “corporation”. “Que a União fique até sócia, mas sem decidir ou sem tentar ficar fazendo politicagem dentro da empresa. Pode ficar recebendo os dividendos”, afirmou. (LA)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Rejeitado pela ex-primeira-dama, Zema diz que não a convidou para vice



ALEXANDRE GARCIA

A PRINCIPAL CARACTERÍSTICA DE UM POLÍTICO DEVERIA SER O ALTRUÍSMO, A DEDICAÇÃO AO BEM COMUM — E NÃO AO BEM PARTICULAR. MUITOS MOSTRAM QUE EM CASA NÃO RECEBERAM EDUCAÇÃO DE CIDADANIA, CIVILIDADE, ÉTICA, LEGALIDADE, COMPROMISSO, HONESTIDADE

Vamos votar

Somos 158.745.463 eleitores aptos a votar dentro de dois meses e meio, informa o Tribunal Eleitoral. Registro o número exato, porque cada voto é importante — o seu pode ser decisivo. Pode ser o voto de desempate, acima do qual todos os demais são “supérfluos”. E o voto de cada um desses milhões de eleitores tem o mesmo valor, não importa a diferença social, de renda, de importância, de cultura ou grau de formação; todo eleitor vale 1. Não há vestibular de eleitor para avaliar o discernimento da pessoa que escolhe o seu

representante e os chefes de governos. O registro de eleitor não exige conhecimento da Constituição nem do funcionamento do Estado. E o voto é obrigatório, mas facultativo para brasileiros de 16 e 17 anos e acima de 70. Os mais jovens parecem desmotivados; seu número caiu 14% desde a última eleição geral; na outra ponta, cresceu no mesmo percentual o número de eleitores com mais de 60.

A falta de motivação dos jovens pode ser por decepção com os políticos profissionais e seus partidos sem doutrina,

sem ideias, sem projeto; quer dizer, políticos que não são estadistas, mas fisiológicos, nem conhecem realmente as soluções para um país com potencial para estar entre os potentes do mundo, mas que é um grande desperdiçador de oportunidades. Políticos que pensam em resolver seus próprios problemas, e não os daqueles a quem deveriam servir. A principal característica de um político deveria ser o altruísmo, a dedicação ao bem comum — e não ao bem particular. Muitos mostram que em casa não receberam educação de cidadania, civilidade, ética, legalidade, compromisso, honestidade. São os que volta e meia estão no

noticiário policial ou nas conversas de eleitores furiosos.

Mas nada disso é motivo para não votar, ou para votar em branco ou anular o voto, em protesto. Não será maneira de mudar o futuro, nem é inteligente. Nas eleições gerais de 2022, cerca de 32,76 milhões de eleitores não compareceram e 5,4 milhões votaram em branco ou anularam o voto. A diferença entre Lula e Bolsonaro foi de pouco mais de 2 milhões de votos. Em quem votariam esses 38 milhões que deixaram os outros decidirem? Aumentariam a diferença ou causariam outro resultado? Projetando para a próxima eleição, esses 25,3% de eleitores alheios à decisão, seriam

cerca de 40 milhões de brasileiros. Mais do que deixar para os outros, eles diminuem o tamanho da massa decisiva. Todos votando, o presidente vencedor teria que ter o apoio de 80 milhões de eleitores. Mantendo-se o alheamento, bastariam 60 milhões de votos para passar de 50% no segundo turno. Ou seja, presidente eleito com apenas 38% dos eleitores inscritos. Significa minoria e risco de quatro anos de instabilidade.

Insatisfação com os candidatos oferecidos pelos partidos? Escolha o menos pior, se for o caso. É melhor do que deixar que o pior seja eleito. Como? Informe-se bem sobre todos, sem fanatismo

ideológico, nem candidato ex-machina. Eleição não é questão de fé. Veja o passado e o presente de cada um. O que fez e o que tem feito pelo país. Procure observar o caráter do candidato nas suas relações, com quem anda. Quem é o menos honesto? O mais mentiroso? O mais falso? O mais experiente? O mais conhecedor do Brasil? E, em conceito bem pragmático: quem é o verdadeiro adversário? Quem é o mais capaz de vencê-lo nos debates? Quem teria capacidade de administrar o legado que vai receber? Antes de começar a campanha, dia 16 próximo, não se pode pedir voto. Pois eu peço que você vote, não deixe os outros decidirem por você.